

## APRESENTAÇÃO

ALGUNS ANOS ATRÁS, numa tarde de sábado, ouvi numa pequena rua de Copacabana uma discussão entre duas vizinhas que disputavam a mesma vaga de estacionamento. Depois de intensa troca de farpas, audíveis por qualquer um que passasse a metros de distância dali, o bate-boca encerrou-se subitamente quando uma das partes disse em altos brados: “Não tem cacife para morar na Zona Sul? Volta para o subúrbio então, que lá é o seu lugar!”

Este livro é, em muitos sentidos, uma reflexão sobre a construção desse “cacife”, ou, melhor dito, sobre o processo de gestação das representações que atribuem à Zona Sul do Rio de Janeiro – e especialmente aos bairros praianos – e a seus moradores um status peculiar na cartografia simbólica da cidade. O que é, afinal de contas, esse “cacife”? Que critérios habilitam alguém a imputá-lo (ou não) a si ou a outrem? E, sobretudo, o que faz desse “cacife” o argumento final em uma disputa em público pela ocupação de um espaço igualmente público?

Tais questões me vêm instigando desde o referido sábado, quando percebi que entre a minha relativa incompreensão da querela e a eficácia daquela frase havia um hiato. Parafraseando Lévi-Strauss, podemos dizer que o fato de o “cacife” evocado por uma das moradoras não corresponder a uma realidade objetiva não tem importância: a interlocutora acreditou nele, e ela é parte de uma sociedade que acredita nele.\* Naquele contexto, a expressão “Zona Sul” adquiria, claramente, um tom acusatório no qual a falta do “cacife” fazia referência explícita a uma suposta ausência de status e, principalmente, de padrões de civilidade. Podemos afirmar que ganhou a vaga de estacionamento quem soube, com destreza simbólica, perseguir seu propósito: mostrar que o adversário estava fora de lugar. Não importava, portanto, que ambas gritassem numa situação que, do meu ponto de vista, terminava num indiscutível empate técnico no quesito incivilidade...

---

\* A frase original de Lévi-Strauss é: “... que a mitologia do xamã não corresponda a uma realidade objetiva não tem importância: a doente acredita nela, e ela é membro de uma sociedade que acredita” (*Antropologia estrutural*, p.228).

Não podemos esquecer, contudo, que os símbolos são portadores de significados múltiplos, por isso são interpretados de maneiras diversas por diferentes pessoas. É impossível, assim, saber se a evocação de um “cacife Zona Sul” teve o mesmo sentido para ambas as senhoras. Podemos apenas trilhar os caminhos da construção desse idioma comum que opõe binariamente categorias como “subúrbio” e “Zona Sul” no Rio de Janeiro com aparente compartilhamento público dos significados envolvidos. Cabe, assim, seguir as pistas da constituição do quadro cultural com o qual me deparei naquele sábado, buscando compreender a cadeia de associações que ressoou em todos os participantes e espectadores da cena diante da frase que pôs fim à contenda. Se porteiros, passantes, senhoras em suas janelas e jovens em seus skates não demonstraram qualquer espanto ou estranheza diante da frase, é hora, adotando a sugestão do historiador Robert Darnton, de “avançar dos detalhes para o quadro cultural que lhes conferia sentido”.<sup>1</sup>

NOS IDOS DE 1824, em seu livro *Diário de uma viagem ao Brasil*, a escritora inglesa Maria Graham deixou o seguinte registro:

... juntei-me a um alegre grupo num passeio a cavalo a uma pequena fortaleza que defende uma das baías atrás da praia Vermelha e de onde se podem ver algumas das mais belas vistas daqui. As matas das vizinhanças são belíssimas e produzem grande quantidade de excelente fruta chamada cambucá, e nos morros o gambá e o tatu encontram-se frequentemente.<sup>2</sup>

Dez anos mais tarde, em 1834, o pintor Jean-Baptiste Debret relatou, no seu *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, o seguinte cenário:

Vê-se no meio da areia a pequena igreja, isolada num pequeno platô, mais à direita um segundo plano, formado por um grupo de montanhas, entrando pelo mar ... cuja extremidade reaparece com sua parte cultivada, tão reputada pelos seus deliciosos abacaxis.<sup>3</sup>

Para além do fato de as descrições serem feitas por viajantes europeus ao então Império do Brasil, com clara atenção aos atributos naturais e pitorescos

da paisagem, os trechos guardam ainda uma importante semelhança: ambos se referem ao território que hoje corresponde ao bairro de Copacabana. Não é preciso conhecer a região para compartilhar o estranhamento que tais relatos certamente despertam. Admirada em todo o mundo, Copacabana seguramente faz jus ao verbete que a identifica, hoje, em uma popular enciclopédia virtual:

Copacabana é um dos bairros mais famosos da cidade do Rio de Janeiro. Localizado na Zona Sul da cidade, Copacabana tem em torno de 150 mil habitantes de todas as classes sociais e é apelidado de Princesinha do Mar. Bairro de boemia, glamour e riqueza, Copacabana deu origem a muitas músicas, livros, pinturas e fotografias, virando referência turística do Brasil. Copacabana é um dos bairros mais belos, cosmopolitas, democráticos e pujantes da cidade, atraindo grande contingente dos turistas para seus mais de oitenta hotéis, que ficam especialmente cheios durante a época do Réveillon e do Carnaval. No fim de ano, a tradicional queima de fogos que pode ser contemplada por todos na areia é um festival que atrai uma multidão de pessoas, turistas ou não. A orla ainda é lugar de variados eventos, como shows nacionais e internacionais, durante o resto do ano.<sup>4</sup>

Percebemos, numa vista d'olhos, que esse texto não descreve somente o desenvolvimento espacial e demográfico da bucólica região que encantou os estrangeiros com seus cambucás, tatus e abacaxis. É fácil inferir que a apresentação atual do bairro não se limita a uma (impressionante) narrativa numérico-espacial. Vemos, por exemplo, a referência à presença de diferentes “classes sociais”, dado que, em seguida, é reforçado com o uso do adjetivo “democrático”. Boemia, glamour, riqueza, multidão, cosmopolitismo e turismo são algumas das palavras empregadas nessa descrição, que corresponde, em grande medida, ao senso comum produzido acerca do bairro e recorrentemente acionado por quem nele vive ou transita, ou até mesmo por aqueles cujo contato com a famosa praia se limita às transmissões anuais do evento que se pretende “o maior Réveillon do mundo”.

Copacabana pode também ser retratada a partir de seu perfil propriamente urbanístico: são cem quarteirões divididos em 78 ruas, cinco avenidas, seis travessas e três ladeiras, numa área de 7,84 quilômetros quadrados. A via de maior extensão é a avenida Atlântica, com 4.150 metros e uma média de fluxo diário de cerca de 30 mil veículos. Podemos complexificar ainda mais o quadro

com dados que mostram, por exemplo, que no ano 2000 a população do bairro era de 141 mil habitantes (número que sobe para 161 mil, se considerarmos também o bairro do Leme, contíguo a Copacabana). Eram 297 em 1906. Entre 1920 (com 17 mil habitantes e 1,5% da população total da cidade) e 1970 (com 250 mil habitantes e 6% da população total da cidade), o crescimento demográfico do bairro foi de espantosos 1.500%, enquanto a cidade, no mesmo período, crescia 240%.<sup>5</sup> Entre 1970 e 2000, portanto, a população de Copacabana diminuiu cerca de 40%, num movimento que veio acompanhado pelo grande crescimento dos habitantes acima de sessenta anos. Em 1969, 98,8% das moradias do bairro eram apartamentos, enquanto em 1933 apenas seis das 214 construções tinham cinco ou mais pavimentos.<sup>6</sup> Copacabana é, sem dúvida, hiperbólica.

Da primeira à última narrativa transcrita, passando pelos breves dados apresentados, vemos surgir não apenas um bairro, mas também uma área bem-delimitada na cidade (a “Zona Sul”), bem como, nitidamente, um estilo de vida. A partir do gritante hiato descritivo e simbólico entre tais transcrições, a proposta aqui é a de percorrer pistas que nos ajudem a compreender, além das transformações socioespaciais por que passou a região, o processo de consolidação de significados que, ainda hoje, associam Copacabana e a Zona Sul do Rio de Janeiro a determinados *ethos* e visões de mundo.<sup>7</sup>

Em páginas de guias turísticos, de crônicas, de romances, de noticiários, de classificados e de trabalhos acadêmicos, diversos aspectos do bairro foram (e vêm sendo) revelados, debatidos e questionados, num repertório tão variado quanto polissêmico que compõe, ao fim e ao cabo, uma rica fortuna crítica a seu respeito. Copacabana, nas suas virtudes e nos seus vícios, nas suas obviedades e nas suas contradições, ora é vista como metonímia do Rio de Janeiro, ora como lugar *sui generis* dentro da cidade. Aparece ainda, não raro, como símbolo de uma melancólica decadência, enquanto, por vezes, persiste como objeto de desejo em determinados projetos de ascensão social. Nos seus múltiplos significados e nas suas não menos múltiplas territorialidades, Copacabana tem no imaginário urbano carioca pertencimentos variados tanto em relação à cidade como um todo quanto, sobretudo, eu diria, com relação à chamada “Zona Sul”.

Pode ser difícil para o visitante que transita pelas ruas de Copacabana compreender a carga valorativa do “cacife” orgulhosamente evocado pela mo-

radora naquela tarde de sábado. Pois, ao lado da beleza natural da praia e dos morros que o circundam, o bairro convive com toda sorte de problemas urbanos. Favelização, mendicância, ruído, trânsito intenso, verticalização excessiva e multidões na disputa por alguns centímetros na calçada fazem parte da paisagem diária da região, num panorama sob muitos critérios distante dos signos básicos de prestígio, status e civilidade.

Como, então, entender não somente a formulação, mas também a permanência dessa Copacabana evocada como símbolo de distinção? A resposta a essa pergunta nos remete ao imperativo de pensar, através do entrelaçamento entre história e cultura, de que forma os significados associados a símbolos da vida copacabanense (como praia, prestígio, cosmopolitismo etc.) foram construídos e reelaborados ao longo das primeiras décadas do século XX, constituindo uma gama peculiar de culturas urbanas e estilos de vida ligados a um não menos peculiar conjunto urbanístico.

O LIVRO ESTÁ ORGANIZADO em seis capítulos. O primeiro é dedicado à compreensão do processo que levou à transformação do antigo areal num efetivo polo de atração de investimentos públicos e privados. Centrada entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, a reflexão aí desenvolvida busca articular a incorporação de Copacabana à malha urbana do Rio de Janeiro e às dinâmicas socioespaciais por que passava a cidade em seu conjunto. Trata-se, assim, de explicar o próprio processo de transformação de um espaço vazio em um novo território da cidade, ao qual começam a se atribuir certas representações e sentidos.

Partindo das discussões do Capítulo 1, o segundo se propõe a compreender como, ao longo da década de 1900, diferentes sujeitos incorporaram os bairros atlânticos à sua experiência cotidiana, fazendo desse espaço um terreno de disputas materiais e simbólicas. Nesse sentido, o Capítulo 2 trata dos múltiplos usos e significados atribuídos ao novo bairro pelos distintos segmentos sociais que dele se apropriavam, num momento em que sua associação a um *ethos* aristocrático era ainda apenas uma entre as tantas possibilidades em jogo.

Sugerindo ao leitor um passeio pela Copacabana de 1922, o Capítulo 3 parte de um momento em que os bairros atlânticos já figuravam como sinônimo incontestado de prestígio e elegância para, numa perspectiva retroativa, analisar

os processos que levaram à vitória dessa representação sobre as demais. Uma vez destrinchados os mecanismos simbólicos que davam corpo à representação praiano-aristocrática com que Copacabana passava a ser associada, o Capítulo 4 consiste numa análise dos sujeitos que articulavam e ancoravam tais imagens, fazendo delas a base de construção de uma visão de mundo específica.

O Capítulo 5 discute como o estilo de vida daqueles sujeitos ganha forma através da progressiva associação de Copacabana a um modelo de civilização que tinha no culto ao corpo, numa forma peculiar de moradia e no consumo de uma cultura cosmopolita alguns de seus principais suportes. Finalmente, o Capítulo 6 parte de uma reflexão sobre os efeitos da vitória de um projeto praiano-civilizatório de fazer de Copacabana um território naturalmente associado à modernidade, à salubridade e à elegância. Focado na década de 1930, apoia-se em fenômenos como o vertiginoso aumento de banhistas nas praias e a rápida proliferação de arranha-céus pelo bairro para analisar os paradoxos daquele projeto. A fim de captar sua lógica e suas contradições, retomemos o fio dessa história.